

## Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 17.266.009/0001-41 – NIRE 35.300.463.854

## Relatório da Administração

## Senhores acionistas

Submetemos à V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes.

Conforme legislação societária fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual ajustado.

## Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R\$ 55.251 mil (R\$ 46.704 mil em 2017). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

## Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Capitalização S.A. apresentou no exercício de 2018 um lucro líquido de R\$ 110 mil (R\$ 450 mil em 2017). Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 62.316 mil ao final do exercício de 2018 (R\$ 51.644 mil em 2017), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 26.566 mil (R\$ 25.962 mil em 2017).

mil em 2017).

As despesas administrativas atingiram R\$ 1.662 mil ao final do exercício de 2018 (R\$ 3.753 mil em 2017).

## Controles Internos e Compliance

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles.

A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. São de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, e a verificação de conformidade das regras, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo.

Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich.

## Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador e ressegurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em Tecnologia da Informação e Marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da Administração estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Brasil Capitalização S.A.

## Agradecimentos

A Zurich Brasil Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

A Administração

Balancos Patrimoniais Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota explicativa	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>19.197</b>	<b>7.449</b>
Disponível	5	1.699	542
Caixa e bancos		1.699	542
Aplicações	6	12.245	3.020
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	<b>7</b>	<b>4.026</b>	<b>2.419</b>
Créditos das operações capitalização		4.026	2.419
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>9</b>	<b>1.227</b>	<b>1.468</b>
Créditos tributários e previdenciários		1.227	1.468
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>43.119</b>	<b>44.195</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>43.020</b>	<b>43.698</b>
Aplicações	6	43.006	43.684
Títulos e créditos a receber	9	14	14
Créditos tributários e previdenciários		14	14
Intangível	8	99	497
Outros intangíveis		99	497
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>62.316</b>	<b>51.644</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>21.867</b>	<b>1.026</b>	<b>1.956</b>	<b>-</b>	<b>24.849</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	770	-	770
Lucro líquido do exercício	-	-	-	450	450
Proposta para destinação do resultado:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	23	-	(23)	-
Dividendos	-	-	-	(107)	(107)
Reservas estatutárias	-	320	-	(320)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>21.867</b>	<b>1.369</b>	<b>2.726</b>	<b>-</b>	<b>25.962</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	519	-	519
Lucro líquido do exercício	-	-	-	111	111
Reserva legal	-	12	-	(6)	-
Dividendos	-	-	-	(26)	(26)
Reservas estatutárias	-	79	-	(79)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>21.867</b>	<b>1.453</b>	<b>3.245</b>	<b>-</b>	<b>26.566</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

## 1. Informações gerais

A Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração de planos de capitalização em todo o território nacional.

O capital social da Companhia é constituído por 21.867.173 (21.867.173 em 2017) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Seguradora Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2019.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

## Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, exceto quando indicado ao contrário, se encontram em milhares de reais, arredondando para o milhar mais próximo e com a consequência de que os montantes arredondados podem nem sempre somar com os totalizadores apresentados.

## 2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro.

## 2.3. Caixa e bancos

Caixa e bancos incluem, o caixa e os depósitos bancários da seguradora.

## 2.4. Ativos financeiros

## (a) Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis

para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independentemente da sua data de vencimento.

## (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

## (iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Créditos das operações com capitalização" e "Créditos a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente.

## (b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras.

A Companhia avalia, anualmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

## (c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

## (i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

## Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico por ação)

	Nota explicativa	2018	2017
<b>Receita com títulos de capitalização</b>		<b>8.458</b>	<b>5.668</b>
Arrecadação com títulos de capitalização			
Variação da provisão para resgate	13(a)	33.504	19.053
<b>Variáveis das provisões técnicas</b>		<b>(652)</b>	<b>(150)</b>
<b>Resultado com sorteio</b>	<b>13(a)</b>	<b>(8.582)</b>	<b>(3.524)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>13(a)</b>	<b>(273)</b>	<b>(149)</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>13(b)</b>	<b>31</b>	<b>(362)</b>
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(1.662)</b>	<b>(3.752)</b>
Despesa com pessoal próprio		(934)	(799)
Serviços de terceiros		(96)	(2.101)
Localização e funcionamento		(636)	(743)
Publicações		(96)	(71)
Donativos e contribuições		(18)	(26)
Despesas administrativas diversas		118	(12)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>13(c)</b>	<b>(595)</b>	<b>(541)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>13(d)</b>	<b>3.534</b>	<b>3.611</b>
Receitas financeiras		5.424	4.419
Despesas financeiras		(1.890)	(808)
<b>Resultado operacional</b>		<b>259</b>	<b>801</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>259</b>	<b>801</b>
Imposto de renda	9(a)	(47)	(183)
Contribuição social	9(a)	(101)	(168)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>111</b>	<b>450</b>
Quantidade de ações		21.867.173	21.867.173
Lucro básico por ação em R\$		0,0051	0,0206

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>230</b>	<b>450</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	452	1.400
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial (nota 6(a))	67	(630)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>749</b>	<b>1.220</b>

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		111	450
Ajustes para:			
Amortizações	8	398	611
Baixa intangível – canal de distribuição		-	(275)
Constituição de provisão para contingências	11(a)	280	238
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>			
Aplicações		(8.029)	(12.320)
Créditos a receber		-	219
Créditos das operações de capitalização		(1.605)	(2.419)
Créditos tributários e previdenciários		240	(508)
Obrigações a pagar		2.627	1.251
Impostos e contribuições		(662)	400
Tributos diferidos		(67)	630
Débitos de operações com capitalização		4	16
Depósitos de terceiros		(3)	(16)
Provisões técnicas – capitalização		7.864	8.848
<b>Caixa gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>		<b>1.157</b>	<b>(2.875)</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Intangível		-	2.518
<b>Caixa gerado nas atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>2.518</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.157</b>	<b>(357)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		542	899
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.699	542

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- . dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- . uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- . o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- . dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira;
- . As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas reductoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

## (ii) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de

continua ...

... continuação

**Zurich Brasil Capitalização S.A.**

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos**

Durante os exercícios de 2018 e 2017 a Companhia não negociou instrumentos financeiros derivativos.

**2.5. Intangível**

Nos exercícios de 2018 e 2017 o ativo intangível é constituído apenas por *software*. As amortizações estão sendo calculadas pelo método linear com base nas taxas de amortização informadas na Nota 8.

**2.6. Impairment de ativos não-financeiros**

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

**2.7. Provisões técnicas**

A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade tradicional, incentivo e compra-programada.

**(a) Provisão Matemática para Capitalização (PMC)**

É calculada sobre o valor nominal para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**(b) Provisão para Resgate (PR)**

É constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da sua liquidação financeira, ou conforme os demais casos previstos em lei.

**(c) Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)**

É constituída a provisão para os sorteios que, na data da constituição, já tenham sido custeados, mas ainda não foram realizados.

**(d) Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)**

É constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

**(e) Provisão para Despesas Administrativas (PDA)**

É constituída com o objetivo de refletir o valor presente esperado das despesas administrativas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

**(f) Taxa de carregamento**

O quadro abaixo apresenta as taxas de carregamento dos produtos comercializados pela Companhia.

Plano	Pagamento	% Cota de carregamento
Tradicional PM 03	1º ao 3º	81,54434
	4º ao 10º	21,54434
	11º ao 38º	30,00000
	39º	27,23024
	40º ao 84º	0,00000
Compra programada Samsung Sempre	1º	8,00000
	2º ao 12º	1,705791
Tradicional PU 01	1º	19,14519
Incentivo PU I03	1º	20,124378
Incentivo PU I04, PU I07	1º	15,124378
Incentivo PU I05	1º	25,124378
Incentivo PU I08, PU I21	1º	25,124400
Incentivo PU I11, PU I24	1º	15,124400
Incentivo PU I13, PU I18, PU I19, PU I23, PU I30	1º	5,124400
	1º	9,124400
	1º	20,124400
Incentivo PU I17	1º	5,000000
Incentivo PU I26	1º	
Incentivo PU I12	1º	

**2.8. Principais tributos**

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil ao ano.

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

**2.9. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

**2.10. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.11. Apuração do resultado**

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos (PM) ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

**2.12. Lucro líquido básico por ação**

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Companhia. Durante os exercícios de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação e consequentemente o lucro básico por ação é equivalente ao lucro por ação diluído.

**2.13. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente**

CPC 48, "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 06 (R2) "Arrendamentos". A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma será aplicada quando referendada pela SUSEP.

**3. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado e as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de provisões técnicas de capitalização e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de capitalização**

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância.

A Companhia utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Companhia para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações.

**(b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros**

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização.

A Companhia segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

**4. Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

**(a) Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:

- . Caixa e equivalente de caixa.
- . Ativos financeiros.
- . Créditos das operações de capitalização.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

**Composição de carteira por classe e por categoria contábil**

	Ativos não vencidos e não 'impaired' 2018	2017
<b>Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)</b>	1.699	542
<b>Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)</b>	-	3.020
<b>Disponíveis para venda (nota 6)</b>	55.251	43.684
<b>Créditos das operações de capitalização (nota 7)</b>	4.026	2.419
<b>Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização</b>	<b>60.976</b>	<b>49.665</b>

Em 2018 e 2017, não houve ativos financeiros *impaired*.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de risco.

**Composição de carteira por classe e por categoria contábil**

	AA	B	Rating	2018	2017
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	1.656	43	-	1.699	
<b>Disponíveis para venda</b>	55.251	-	-	55.251	
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	-	-	4.026	4.026	
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>56.907</b>	<b>43</b>	<b>4.026</b>	<b>60.976</b>	

**Composição de carteira por classe e por categoria contábil**

	AA	B	Rating	2017
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	454	88	-	542
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>	3.020	-	-	3.020
<b>Disponíveis para venda</b>	43.684	-	-	43.684
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	-	-	2.419	2.419
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>47.158</b>	<b>88</b>	<b>2.419</b>	<b>49.665</b>

Os ativos são analisados na tabela acima usando o *rating* da Fitch Rating, Standard & Poor's (S&P) ou equivalente quando o da Fitch ou S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao exercício anterior.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.

**(i) Controle do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Companhia liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**(ii) Gerenciamento de Ativos e Passivos (Assets and Liabilities Management – ALM)**

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de

caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2018 Total
<b>Títulos disponíveis para a venda</b>	12.245	9.153	33.853	55.251
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	1.699	-	-	1.699
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	4.026	-	-	4.026
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>17.970</b>	<b>9.153</b>	<b>33.853</b>	<b>60.976</b>
<b>Provisões técnicas – capitalização</b>	4.570	23.315	1	27.886
<b>Passivos financeiros</b>	4.804	-	-	4.804
<b>Obrigações a pagar</b>	97	-	-	97
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>9.471</b>	<b>23.315</b>	<b>1</b>	<b>32.787</b>

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2017 Total
--	-----------	---------------	-----------------	------------

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Quotas de fundos de investimento

**Títulos disponíveis para a venda**

Títulos de renda fixa públicos

**Caixa e equivalentes de caixa**

**Créditos das operações de capitalização**

**Total dos ativos financeiros**

**Provisões técnicas – capitalização**

**Passivos financeiros**

Obrigações a pagar

Impostos e contribuições

**Total dos passivos financeiros**

**(iii) Análise de sensibilidade**

A Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

	2018 Títulos federais	Total
Aplicações SELIC – % a.a.	55.251	55.251
Projeção de rentabilidade – próximos 12 meses	6,40	6,40
Resultado provável:	3.536	3.536
Queda 25%	2.652	2.652
Queda 50%	1.768	1.768
Elevação 25%	4.420	4.420
Elevação 50%	5.304	5.304
		<b>2017</b>

	Títulos federais	Quotas de fundos de investimentos	Total
--	------------------	-----------------------------------	-------

Aplicações SELIC – % a.a.

Projeção de rentabilidade – próximos 12 meses

Resultado provável:

Queda 25%

Queda 50%

Elevação 25%

Elevação 50%

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.

**(c) Risco operacional**

A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional.

**(d) Risco de mercado**

**(i) Gerenciamento de risco de mercado**

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

**(ii) Controle do risco de mercado**

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Companhia.

O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
- analisar a política de liquidez;
- estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas;
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

	2018	2017
Patrimônio da carteira da custódia	55.251	46.704
Percentil	(0,003790652)	(0,006124081)
VaR 250 dias	(208)	(286)
% Patrimônio da carteira da custódia	0,38%	0,61%

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017
Caixa e Bancos	1.699	542
<b>Total</b>	<b>1.699</b>	<b>542</b>

**6. Aplicações – circulante (a) Classificação das aplicações**

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações:

	2018 Taxa de juros contratadas a.a. (%)	2017	%
<b>Títulos e classificações</b>		<b>55.251</b>	<b>100,00</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>			
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 16,00% a 17,99%	14.193	25,69
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12		

Zurich Brasil Capitalização S.A.											
... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)											
... continuação											
<b>Títulos e classificações</b>			<b>Taxa de juros contratadas a.a (%)</b>			<b>Títulos e classificações</b>			<b>Taxa de juros contratadas a.a (%)</b>		
Ao valor justo por meio do resultado			2017			2017			2017		
Quotas de fundos de investimento de renda fixa			- 3.020 6,46			Tesouro Prefixado (NTN-F)			De 12,00% a 13,99% 2.095 4,49		
Títulos disponíveis para venda			43.684 93,54			Tesouro Prefixado (NTN-F)			De 9,00% a 11,99% 7.847 16,80		
Tesouro Prefixado (NTN-F)			De 16,00% a 17,99% 13.617 29,16			Tesouro Prefixado (LNTN)			De 14,00% a 16,99% 7.198 15,41		
						Tesouro Prefixado (LNTN)			De 12,00% a 13,99% 4.535 9,71		
						Tesouro Prefixado (LNTN)			De 9,00% a 11,99% 8.392 17,97		
						<b>Total</b>			<b>46.704 100,00</b>		
<b>Títulos disponíveis para venda</b>			<b>De 1 a 365 dias ou sem vencimento</b>			<b>De 1 a 5 anos</b>			<b>Acima de 5 anos</b>		
Tesouro Selic (LFT)			-			-			3.297 3.297		
Tesouro Prefixado (LNTN)			12.245 9.153			-			21.398		
Tesouro Prefixado (NTN-F)			-			-			30.556 30.556		
<b>Total em 2018</b>			<b>12.245 9.153</b>			<b>33.853 55.251</b>			<b>2.717 27.839</b>		
<b>Total em 2017</b>			<b>3.020 20.125</b>			<b>23.559 46.704</b>			<b>2.726 43.977</b>		
(*) No exercício de 2018, a companhia efetuou a baixa de 5% do estoque total de CSLL (constituído a alíquota de 20%), uma vez que, conforme o disposto na Lei nº 13.196/05, a alíquota desta contribuição voltará a ser de 15% a partir de 01.01.2019. Desta forma, os efeitos líquidos tributários já refletem tal alteração.											
<b>(b) Estimativa do valor justo</b>											
A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:											
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo.</li> <li>Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.</li> </ul>											
<b>Títulos disponíveis para venda</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Tesouro SELIC (LFT)			3.297 3.297			3.297 3.297			3.297 3.297		
Tesouro Prefixado (LNTN)			21.398 21.398			21.398 21.398			21.398 21.398		
Tesouro Prefixado (NTN-F)			30.556 30.556			30.556 30.556			30.556 30.556		
<b>Total</b>			<b>55.251 55.251</b>			<b>55.251 55.251</b>			<b>55.251 55.251</b>		
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos			- 3.020 3.020			- 3.020 3.020			- 3.020 3.020		
<b>Títulos disponíveis para venda</b>			<b>43.684 - 43.684</b>			<b>20.125 - 20.125</b>			<b>23.559 - 23.559</b>		
Tesouro Prefixado (LNTN)			20.125 - 20.125			20.125 - 20.125			23.559 - 23.559		
Tesouro Prefixado (NTN-F)			23.559 - 23.559			23.559 - 23.559			23.559 - 23.559		
<b>Total</b>			<b>43.684 3.020 46.704</b>			<b>20.125 3.020 23.559</b>			<b>23.559 23.559 46.704</b>		
<b>(c) Movimentação das aplicações financeiras</b>											
<b>Saldo em 2017</b>			<b>Aplicações</b>			<b>Reservas</b>			<b>Rendimentos</b>		
Quotas de fundos de investimento			3.020 2.457 (5.622) 145			-			-		
Tesouro Selic (LFT)			-			3.275 -			22 -		
Tesouro Prefixado (LNTN)			20.125 5.942 (6.586) 2.353			(435) 21.398			-		
Tesouro Prefixado (NTN-F)			23.559 6.657 (3.460) 2.913			887 30.556			-		
<b>Total</b>			<b>46.704 18.331 (15.669) 5.433</b>			<b>452 55.251</b>			<b>452 55.251</b>		
<b>Saldo em 2017</b>			<b>Aplicações</b>			<b>Reservas</b>			<b>Rendimentos</b>		
Quotas de fundos de investimento			2.568 2.825 (2.594) 221			-			-		
Tesouro Prefixado (LNTN)			14.324 8.391 (5.003) 1.982			431 20.125			-		
Tesouro Prefixado (NTN-F)			16.722 6.476 (2.779) 2.171			969 23.559			-		
<b>Total</b>			<b>33.614 17.692 (10.376) 4.374</b>			<b>1.400 46.704</b>			<b>1.400 46.704</b>		
<b>d) Instrumentos financeiros por categoria</b>											
<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>			<b>Disponível para venda</b>			<b>Empréstimos, recebíveis</b>			<b>2018</b>		
Aplicações financeiras			-			-			-		
Créditos das operações de capitalização			-			-			4.026 100		
<b>Total</b>			<b>55.251 100</b>			<b>4.026 100</b>			<b>4.026 100</b>		
<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>			<b>Disponível para venda</b>			<b>Empréstimos, recebíveis</b>			<b>2017</b>		
Aplicações financeiras			3.020 - 43.684 100			-			-		
Créditos das operações de capitalização			-			-			2.419 100		
<b>Total</b>			<b>3.020 100 43.684 100</b>			<b>2.419 100</b>			<b>2.419 100</b>		
<b>7. Créditos das operações de capitalização</b>											
<b>(a) Movimentação de créditos das operações de capitalização</b>											
<b>Saldo em 2017</b>			<b>2.419</b>			<b>2.419</b>			<b>2.419</b>		
Títulos comercializados			33.503			33.503			33.503		
Recebimentos no período			(31.896)			(31.896)			(31.896)		
<b>Saldo em 2018 (*)</b>			<b>4.026</b>			<b>4.026</b>			<b>4.026</b>		
<b>Saldo em 2016</b>			<b>-</b>			<b>-</b>			<b>-</b>		
Títulos comercializados			19.053			19.053			19.053		
Recebimentos no período			(16.634)			(16.634)			(16.634)		
<b>Saldo em 2017 (*)</b>			<b>2.419</b>			<b>2.419</b>			<b>2.419</b>		
(*) referem-se a créditos a vencer em até 30 dias.											
<b>8. Intangível</b>											
<b>Descrição</b>			<b>Amortizável</b>			<b>Taxa de amortização ao ano - %</b>			<b>2018</b>		
Software (i)			497 (398) 99 497			10			10		
<b>Total</b>			<b>497 (398) 99 497</b>			<b>10</b>			<b>10</b>		
(i) Refere-se ao sistema local "ZurichCap" para operação de capitalização, sendo o início de amortização em maio de 2014, mês de emissão do primeiro título.											
Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do intangível:											
<b>Descrição</b>			<b>Software (i)</b>			<b>Total</b>			<b>2017</b>		
Saldo em 2017			497 497			497 497			497 497		
Amortizações			(398)			(398)			(398) (398)		
<b>Total</b>			<b>99 99</b>			<b>99 99</b>			<b>99 99</b>		
<b>9. Imposto de renda e contribuição social</b>											
<b>Descrição</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Créditos tributários			371 224			371 224			371 224		
IRPJ e CSLL a compensar			853 1.241			853 1.241			853 1.241		
PIS e COFINS a compensar			17 17			17 17			17 17		
<b>Total</b>			<b>1.241 1.482</b>			<b>1.241 1.482</b>			<b>1.241 1.482</b>		
<b>(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social</b>											
<b>Descrição</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Resultado antes dos impostos			259 801			259 801			259 801		
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente			(116) (351)			(116) (351)			(116) (351)		
Baixa de créditos tributários concernentes a anos anteriores (i)			(46) -			(46) -			(46) -		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis			(8) -			(8) -			(8) -		
Demais ajustes			23 -			23 -			23 -		
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			<b>(147) (351)</b>			<b>(147) (351)</b>			<b>(147) (351)</b>		
(i) No exercício de 2018, a companhia efetuou a baixa de 5% do estoque total de CSLL (constituído a alíquota de 20%), uma vez que, conforme o disposto na Lei nº 13.196/05, a alíquota desta contribuição voltará a ser de 15% a partir de 01.01.2019. Da mesma forma, os créditos constituídos no exercício, já refletem tal alteração.											
<b>(b) Ativos e passivos fiscais diferidos</b>											
Os tributários diferidos registrados em 2018 e 2017 são compostos como segue:											
<b>Ativos diferidos</b>			<b>2017</b>			<b>Constituição</b>			<b>Realização</b>		
Provisão para riscos fiscais			224 149			224 149			224 149		
<b>Total dos ativos diferidos</b>			<b>224 149</b>			<b>224 149</b>			<b>224 149</b>		
<b>Passivos diferidos</b>			<b>2017</b>			<b>Constituição</b>			<b>Realização</b>		
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda			2.231 -			2.231 -			2.231 -		
<b>Total dos passivos diferidos</b>			<b>2.231 -</b>			<b>2.231 -</b>			<b>2.231 -</b>		
<b>Ativos diferidos</b>			<b>2016</b>			<b>Constituição</b>			<b>Realização</b>		
Provisão para riscos fiscais			115 109			115 109			115 109		
<b>Total dos ativos diferidos</b>			<b>115 109</b>			<b>115 109</b>			<b>115 109</b>		
<b>Passivos diferidos</b>			<b>2016</b>			<b>Constituição</b>			<b>Realização</b>		
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda			1.601 630			1.601 630			1.601 630		
<b>Total dos passivos diferidos</b>			<b>1.601 630</b>			<b>1.601 630</b>			<b>1.601 630</b>		
<b>10. Provisões técnicas – capitalização</b>											
<b>Provisão Matemática para Capitalização</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Provisão para Resgate			17.773 14.064			17.773 14.064			17.773 14.064		
Provisão para Sorteios a Realizar			1.467 788			1.467 788			1.467 788		
Provisão para Sorteios a Pagar			4.041 3.107			4.041 3.107			4.041 3.107		
Provisão para Despesas Administrativas			3.486 1.596			3.486 1.596			3.486 1.596		
<b>Total</b>			<b>27.886 20.022</b>			<b>27.886 20.022</b>			<b>27.886 20.022</b>		
<b>(a) Movimentação das provisões técnicas – capitalização</b>											
<b>Atualização</b>			<b>Consti-tuição</b>			<b>Reversão/monetária e juro</b>			<b>2018</b>		
Provisão Matemática para Capitalização			14.064 23.328 (20.158) 539 17.773			14.064 23.328 (20.158) 539 17.773			14.064 23.328 (20.158) 539 17.773		
Provisão para Resgate			788 20.231 (19.553) - 1.467			788 20.231 (19.553) - 1.467			788 20.231 (19.553) - 1.467		
Provisão para Sorteios a Realizar			3.107 7.798 (6.940) 77 4.041			3.107 7.798 (6.940) 77 4.041			3.107 7.798 (6.940) 77 4.041		
Provisão para Sorteios a Pagar			1.596 7.686 (5.795) - 3.487			1.596 7.686 (5.795) - 3.487			1.596 7.686 (5.795) - 3.487		
Provisão para Despesas Administrativas			467 692 (41) - 1.118			467 692 (41) - 1.118			467 692 (41) - 1.118		
<b>Total</b>			<b>20.022 59.735 (52.487) 616 27.886</b>			<b>20.022 59.735 (52.487) 616 27.886</b>			<b>20.022 59.735 (52.487) 616 27.886</b>		
<b>(b) Ativos e passivos das provisões técnicas</b>											
Os valores contábeis vinculadas a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:											
<b>Total das provisões técnicas a ser coberto</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Ativos oferecidos em garantia			27.886 20.022			27.886 20.022			27.886 20.022		
Títulos Públicos (LNTN e NTN)			55.251 43.684			55.251 43.684			55.251 43.684		
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa			-			-			-		
<b>Total dos ativos oferecidos em garantia</b>			<b>55.251 46.704</b>			<b>55.251 46.704</b>			<b>55.251 46.704</b>		
Suficiência de garantia das provisões técnicas			27.365 26.682			27.365 26.682			27.365 26.682		
Liquidez – 20% sobre o Capital de Risco (Nota 12.d)			1.745 1.817			1.745 1.817			1.745 1.817		
<b>Suficiência de Liquidez</b>			<b>25.620 24.865</b>			<b>25.620 24.865</b>			<b>25.620 24.865</b>		
<b>11. Outros débitos – Provisões judiciais</b>											
<b>a) Movimentação das provisões para processos fiscais e obrigações legais:</b>											
<b>Constituição líquida de reversão e atuação monetária</b>			<b>2017</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>		
PIS/COFINS Receitas financeiras			488 286 774			488 286 774			488 286 774		
Provisões cíveis			6 (6) -			6 (6) -			6 (6) -		
<b>Saldo das provisões judiciais</b>			<b>494 280 774</b>			<b>494 280 774</b>			<b>494 280 774</b>		
<b>(b) Reservas de lucros</b>											
<b>Reserva legal</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Reserva estatutária			95 90			95 90			95 90		
Reserva de lucros			1.358 1.279			1.358 1.279			1.358 1.279		
<b>Total</b>			<b>1.453 1.369</b>			<b>1.453 1.369</b>			<b>1.453 1.369</b>		
(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.											
(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.											
<b>(c) Dividendos propostos</b>											
São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, após a constituição da reserva legal.											
<b>(d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido</b>											
<b>Descrição</b>			<b>2018</b>			<b>2017</b>			<b>2017</b>		
Ajustes contábeis:			-			-			-		
Patrimônio líquido contábil			26.566 25.962			26.566 25.962			26.566 25.962		
Ativos intangíveis			(99) (497)			(99) (497)			(99) (497)		
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis – canal de distribuição			-			-			249		
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>			<b>26.467 25.714</b>			<b>26.467 25.714</b>			<b>26.467 25.714</b>		
Capital base (a)			10.800 10.800			10.800 10.800			10.800 10.800		
Capital adicional baseado no risco de subscrição			6.860 7.455			6.860 7.455			6.860 7.455		
Capital adicional baseado no risco de crédito			261 288			261 288			261 288		
Capital adicional baseado no risco operacional			305 200			305 200			305 200		
Capital adicional baseado no risco de mercado			3.239 3.051			3.239 3.051			3.239 3.051		
Benefício da diversificação			(1.937) (1.910)			(1.937) (1.910)			(1.937) (1.910)		
Capital base de risco (b)			8.727 9.084			8.727 9.084			8.727 9.084		
Capital Mínimo Requerido (maior entre (a) e (b)).			10.800 10.800			10.800 10.800			10.800 10.800		
<b>Suficiência de capital</b>			<b>15.667 14.914</b>			<b>15.667 14.914</b>			<b>15.667 14.914</b>		
Companhia apurou o Capital Mínimo Requerido utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP nº 343/16, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Companhia adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.											
<b>13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado</b>											
<b>(a) Emissão com títulos de capitalização por modalidade:</b>											
<b>Modalidade</b>			<b>Emissão</b>			<b>Sorteios</b>			<b>Comissionamento</b>		
Incentivo			31.553 (8.927) (102)			31.553					

Zurich Brasil Capitalização S.A.		
<p>... continuação</p> <p><b>2. Auditoria Interna</b> O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2018 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2018, mostram-se suficientes.</p> <p><b>3. Auditoria Externa</b> O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018.</p>	<p><b>4. Controladoria</b> Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.</p> <p><b>5. Demonstrações Financeiras</b> O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2018, bem como os respectivos relatórios da Administração.</p>	<p><b>6. Conclusão</b> Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Brasil Capitalização S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018.</p> <p>São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.</p> <p><b>Membros</b> Julio de Albuquerque Bierrenbach Helio Fernando Leite Solino Luiz Roberto Cafarella</p>
<b>Parecer dos Auditores Atuariais Independentes</b>		
<p><b>Aos Acionistas e Administradores da Zurich Brasil Capitalização S.A. Escopo da Auditoria</b> Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Zurich Brasil Capitalização S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.</p> <p><b>Responsabilidade da Administração</b> A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p><b>Responsabilidade dos Atuários Independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria</p>	<p>estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p> <p><b>Opinião</b> Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.</p> <p><b>Outros Assuntos</b> No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedi-</p>	<p>mentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.</p> <p>São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.</p> <p><b>PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.</b> Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino São Paulo-SP – Brasil 05001-903 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105 <b>Carlos Eduardo Silva Teixeira</b> MIBA 729</p>
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>		
<p>Aos Administradores e Acionistas <b>Zurich Brasil Capitalização S.A.</b> <b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p><b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no</p>	<p>trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demons-</li> </ul>	<p>trações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</li> <li>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</li> <li>• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</li> </ul> <p>São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.</p> <p><b>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes</b> CRC 2SP000160/O-5</p> <p><b>Maria José de Mula Cury</b> Contadora CRC 1SP 192.785/O-4</p>

# Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

Portal do Governo | Cidade: SP | Investe SP | Destaque: OK

Página Inicial | Sobre a Imprensa Oficial | Minha Conta | Central de Atendimento | Fale Conosco | Ouvidoria | Transparência | SIC | Portal RH | Twitter | Facebook

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Entrar | Cadastre-se

Diário Oficial | Certificação Digital | Livraria | Gráfica

**Serviços da Imprensa Oficial**

Diário Oficial

busca por palavra desde maio de 1891

busca por edição desde maio de 1891

03/01/2018

Empresarial

Para ler o D.O. você precisa do leitor de PDF [instalar](#)

**negócios públicos**  
Pesquisa de licitações, dispensas e das inexigibilidades. [saiba mais](#)

**consulta de balanços**  
Transparência na gestão financeira das empresas. [saiba mais](#)

**consulta de leis e decretos**  
Consulta a leis, leis complementares e decretos do Estado. [saiba mais](#)

**Junta comercial**  
Consulta a documentos e informações cadastrais de empresas registradas na JUCESP. [Consultar](#)

**negocios.infoma**  
Receba antecipadamente as informações que serão publicadas no Diário Oficial. [Consultar](#)

**DO.infoma**  
Receba antecipadamente as informações que serão publicadas no Diário Oficial. [Consultar](#)

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO